

Ernesto FERNANDES*

A EDUCAÇÃO COMO EIXO ESSENCIAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO. A re-invenção da educação pela comunidade**

É meu propósito, neste texto, contextualizar a deriva/dilemas da educação, enquanto um dos campos da Política Social (sectorizada, fragmentada, burocraticamente administrada) e expressão do Estado Social como garante dos direitos económico-sociais e dos direitos culturais, associados aos direitos cívico-políticos. Nesta perspectiva, importa superar o conceito de educação como instrução (a escola como espaço científico-técnico) através da articulação da formação ético-política com a formação estético-expressiva.

Para o efeito, urge semear/construir uma nova cultura na e pela comunidade/sociedade civil para conferir legitimidade ao Estado de direito democrático e civilizar o mercado global. A cidadania participativa recomenda-se e a democracia como habitus quotidiano impõe-se como desígnio da educação (formal, não-formal e informal).

Introdução

No contexto do *Ano Europeu da Cidadania pela Educação*, o presente texto desenvolve-se em três andamentos reflexivo-propositivos.

No primeiro andamento, enuncio que o projecto societal da modernidade, à escala do planeta e do nosso país, está ferido no princípio emancipatório de *razão-ordem-progresso*. No segundo andamento, pretendo identificar a deriva/problemas que afectam a educação, quando não

* Professor do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e em cooperação científica de docentes com a Universidade dos Açores. Consultor da Direcção e Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Chapitô – Colectividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina, Lisboa.

** Texto-referência da Comunicação proferida no Seminário *A Escola, factor de desenvolvimento sustentável numa comunidade*, org. UEL – Centro de Formação da União de Escolas da Lourinhã, Escola Básica 2/3 Dr. Afonso Rodrigues Pereira – Núcleo dos Apoios Educativos e Câmara Municipal da Lourinhã.

encarada na dialéctica psico-social e sócio-política. No terceiro andamento, proponho que se recolque a educação (formal, não formal e informal) como eixo incontornável de um projecto sociocultural alternativo que resgate e potencie a cultura clássica entre *verdade* (o científico-técnico), *bem* (o ético-político) e o *belo* (o estético-expressivo). Projecto que desenvolve uma política de proximidade ou de vizinhança, de **comunidade**, ou seja, de causas e/ou interesses comuns: *democratização da democracia* (Giddens, 2000) ancorada, não no lucro, mas nos afectos-sentimentos-laços, em *inteligência emocional* (Cf. Goleman, 1996). Cuidar do presente com sentido de futuro, segundo a expressão de Lourdes Pintasilgo: *se queremos um futuro melhor, o futuro começa hoje e está nas nossas mãos* (Cf. Pintasilgo, 1998). Para este desígnio importa convocar os actores sociais (família, escola, autarquias, empresas, organizações da sociedade civil) para uma intervenção articulada (não corporativista) de humanização da vida como *rede de relações recíprocas* e da democracia como *hábito quotidiano* (Mary Richmond, 1922).

1. A modernidade como decepção e pessimismo larvar: o recrudescimento da barbárie em tempo de globalização

O projecto sociocultural da modernidade entrincheirou *verdade, bem e belo*. Uma cultura cartesiana que foi transformando o universo numa *enorme loja*. Nesta loja global, de facto, não é possível *comprar um amigo a um mercador* (Antoine de Saint- Exupéry, 1940). Impera o Mercado em detrimento do Estado e da Comunidade, a *regulação* sobrepõe-se à *emancipação* prometida (Boaventura de Sousa Santos, 1991). O projecto da modernidade, sob a bandeira da *razão – ordem – progresso*, entrou em deriva. Qual o tempo de hibernação não é previsível, sabemos, isso sim, que a gestação da modernidade durou três séculos.

O confronto desenvolvimento/subdesenvolvimento, segundo Josué de Castro (1971), é um problema de *subeducação*, não apenas do terceiro mundo, mas do mundo inteiro. Uma *geopolítica* que, no tempo da globalização, escancara os dramas e cava as suas ameaças e riscos. O crescimento económico de poucos saldou-se em subdesenvolvimento humano

de todos (Alain Touraine, 1981). Como inverter a marcha da *loucura da normalidade* (Arno Gruen, 1995)?

A visibilidade do terror, em onda mediática, do tempo presente, torna-se **anestesiante** (mais 10 milhões de pobres, depois de *11 de Setembro*, a juntar aos 800 milhões existentes, sem direito à subsistência, segundo o Banco Mundial). Re-emergem os fantasmas da pré-história. E, por isso, *quanto menos uma coisa é falada, mais cresce* (Carlos Amaral Dias, in *Rev. Expresso*, 27.10.2001, p. 18). Daí, a necessidade de reflectir – conversar para que a exorcização dos medos e ameaças não se faça pela catadupa de anedotas, que circulam na praça pública, banalizando os acontecimentos do real, mesmo pela boca dos mais pequenos. Imaginação delirante e anestesiante, bem própria da mentalidade dos portugueses.

Este diagnóstico, à escala do nosso país e pela palavra da Conferência Episcopal Portuguesa, traduz-se em sete pecados sociais, que exigem *responsabilidade solidária pelo bem comum*:

- a) *os egoísmos individualistas (...)*
- b) *o consumismo, fruto de um modelo de desenvolvimento (...)*
- c) *a corrupção, verdadeira estrutura de pecado social (...)*
- d) *a desarmonia do sistema fiscal (...)*
- e) *a irresponsabilidade na estrada (...)*
- f) *a exagerada comercialização do fenómeno desportivo (...)*
- g) *a exclusão social, gerada pela pobreza, pelo desemprego, pela falta de habitação, pela desigualdade no acesso à saúde e à educação (...)*

Para contrariar ou combater estes pecados sociais exige-se a educação nos valores, o gosto do bem comum, a generosidade como atitude social, a paixão por um Portugal melhor (CEP, 2003: 6-7).

2. A cartografia da educação reduzida à instrução e pródiga em insucessos. Em busca de um novo olhar para refundar a modernidade

A democratização do ensino funda um **tempo de promessa**, contraditado pelo abandono, repetências, comportamentos disruptivos, violência, toxicodependências lícitas e ilícitas. Contraditado também por formações

superiores sem mercado de trabalho (20 a 25 mil são anualmente excluídos, in *Expresso – Emprego*, 13.10.2001); por *chumbos* de elevada taxa no ensino universitário, nada estranhos a *professores incompetentes*, como reconheceu o Tribunal de Instrução Criminal e da Relação do Porto (*Diário de Notícias – Educação*, 12.06.2001); por licenciados que entram *virginalmente no doutoramento e sobrarão doutores* (António Hespanha, *Escola – Informação*, Setembro de 2001). Questões paradoxais, quando se anuncia, como desígnio, sociedades *educativas* ou do *conhecimento*.

Para repensar a educação e conferir-lhe o seu valor de eixo central do desenvolvimento, torna-se inadiável uma leitura de nível macro ou societal, nomeadamente da educação enquanto uma das políticas (sectorizada, fragmentada) do Estado Providência.

Necessidades humanas ou sociais, valores, direitos e deveres humanos. A historicidade e a multiculturalidade do humano e do social impedem a criação de conceitos objectivos e universais sobre a condição do homem como *animal político* (Aristóteles, séc. V a.C.)? Não há necessidades/valores humanos básicos para além dos tempos e das culturas? A relatividade está nas respostas/satisfação a essas necessidades...

A *nitidez salina do real* (Sophia de Mello Breyner) e a necessária complexidade da semente (Natália Correia) obrigam-nos a ver com olhos novos o nosso tempo. Um novo olhar para fundar uma nova cidadania, ancorada na **indivisibilidade dos direitos humanos** (cívico-políticos, económico-sociais e culturais) e no **cruzamento de linguagens** (ciências, artes, filosofia, discurso das religiões, sabedoria popular,...). Ou seja, a construção de um *novo senso comum*, que é crítica à *razão indolente, contra o desperdício da experiência* (Boaventura de Sousa Santos, 2000). A cidadania democrática (civil e social) anuncia-se/oferece-se como desejo-vontade de mudar a *polis*.

3. Educação e desenvolvimento social: o homem-cidadão como finalidade e motor do desenvolvimento

A concepção de *Desenvolvimento Social* questiona o modelo de desenvolvimento do pós-guerra – *Estado de Bem Estar Social*: a ciência e a tecnologia reféns do Mercado, o cidadão súbdito-consumidor e o universo

transformado numa *enorme loja*. À porta, *especialmente a pobreza, o desemprego e a exclusão social que afectam todos os países* (ONU, 1995). Um desenvolvimento alternativo impõe-se, que toma por nome *cuidar o futuro* (Pintasilgo, presid., CIQV, 1998), se for esta a nossa escolha.

Em tempo de *holocausto terrorista* (Soromenho-Marques, *Jornal de Letras*, 3.10.2001) – terrorismo larvar sem rosto e terrorismo oficial, importa, é urgente, ousar-investir na educação das pessoas, desde de antes do berço e, particularmente, na educação dos adultos, porque a crítica ao capitalismo como *modo de vida*, desde há anos, tem vindo a ser denunciada (Michel Bosquet, 1973; André Granou, 1975).

Assim, desde os anos 60, está disponível uma crítica sobre a educação: do *aprender a ser* (UNESCO, 1972) ao *aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros* (UNESCO, 1996). A recolocação do estético-expressivo e do ético-político para enquadrar e conferir sentido ao científico-técnico. Neste movimento, de há anos, vai ganhando consensualidade as seguintes perspectivas:

- a) Uma educação/socialização que concilia *verdade, bem e belo*, ou seja, uma educação que *deve organizar-se à volta de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo os pilares do conhecimento: aprender a conhecer (...); aprender a fazer (...); aprender a viver juntos (...); finalmente aprender a ser (...)* via *essencial que integra as três precedentes* (UNESCO, 1996: 77);
- b) Uma educação formal ou escolar pautada pela igualdade de oportunidades e pela **equidade** (discriminação positiva), tendo como referência, segundo António Nóvoa, *a necessidade de educar cada um até ao limite das suas possibilidades, procurando, ao mesmo tempo, conseguir a integração de todos*, para que a escola, na sua *vontade de instruir*, não incapacite para o *desejo de aprender*. Uma educação que reconhece e trabalha as *culturas juvenis* (Machado Pais, 1996) e rompe com a exclusão dos *estranhos* (Garcia, 2000), porque se acredita que a inovação é fruto da complexidade;
- c) Uma educação que requer a colegialidade dos educadores e professores (contra o disciplinarismo) e a cooperação interprofissional (assistentes sociais, psicólogos, médicos), rompendo com o corpora-

- tivismo e a hegemonia unipolar dos educadores/professores (v. Dicionário de Bioética, 2001);
- d) Uma educação (formal, não formal e informal) que constitui a Sociedade Civil como antídoto ou desequilibrador do papel regulador do Estado e avassalador do Mercado, ou seja, a centragem da educação nos actores sociais próximos (pais, famílias, professores, autarquias, associações, empresas), em alternativa à sobrevalorização da Escola-Quartel, do Estado-Pai e do Mercado-Patrão. Ou seja, o desenvolvimento local como estratégia, segundo o princípio de *pensar globalmente e agir localmente*. Rendição à vida como *rede de relações recíprocas* (Mary Richmond, 1922). A localização como estratégia para que cada escola seja em projecto educativo, uma casa com rosto, na Cidade;
- e) Uma educação/socialização/re-socialização das pessoas – para além das idades, do género, das diferenças étnicas, religiosas ou sexuais – contra a *vida consentida*, pela vida *com sentido* (Carmo Ferreira, 1998). Uma educação que requer a *autenticidade* dos formadores, que dela fazem semente de uma nova cultura, segundo a ideia de Agostinho da Silva (1989). Uma educação que requer dos adultos uma postura reflexiva e de auto-formação: uma cultura de aprendizagem através do movimento *uma hora por dia para estudar* (UNESCO, 1997);
- f) Uma educação que requer uma cultura organizacional democrática que respeita os *subalternos* (pessoal técnico-administrativo e auxiliar) e os alunos, criança ou jovem, nos seus direitos de pessoa-cidadão, como manda a *Convenção sobre os Direitos da Criança*, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1989, e aprovada pela Assembleia da República, em 8 de Junho de 1990. Cultura para a cidadania em contexto escolar, reconhecendo e promovendo a iniciativa e a criatividade dos jovens **em suas trajetórias de vida** (Cf. David, 2004);
- g) Uma *educação para o desenvolvimento* (Santos Silva, 1990), não à medida dos anos 60 (os países do Norte a recolonizar os do Sul), mas uma educação de **todos** e direccionada para a opinião pública, para um *novo senso comum* (Boaventura Sousa Santos, 2000) que deve combinar:

- um novo olhar (articulação/diálogo de linguagens)
- uma nova ética (solidariedade e co-responsabilidade)
- uma nova política (cidadania participativa)
- uma nova estética (reencantar-se, deslumbrar-se, emocionar-se, fazer durar em si a alegria do bonito, da generosidade e do prazer).

Para que o futuro seja possível, havemos de cultivar os valores da *não violência e de respeito por todas as formas de vida, da solidariedade e uma ordem económica justa, da tolerância e uma vida de verdade e de iguais direitos e parceria entre homem e mulher* (Hans Kung, 1998). Uma cultura alternativa, sustentada e sustentável, nas *riquezas humanas – afectivas, mentais, físicas – constituem a finalidade e o motor do desenvolvimento*, conforme a *Declaração Europeia dos Objectivos Culturais*, 1986. Uma cultura, sempre em construção, que se funda no princípio radical de que *as coisas têm preço, o homem dignidade* (Immanuel Kant, 1724 – 1804).

Nesta perspectiva, a **comunidade**/sociedade civil é o educador (formal, não formal, informal) de uma nova cultura. Ninguém é de ninguém, diz a canção. O homem sonha-espere ser educado como *o artesão do oitavo dia* (Hubert Reeves, 1990).

Para esta ousadia-utopia, recusa-se a *pedagogia bancária*, retoma-se o filão de Sócrates (séc. V a.C.), que Paulo Freire (1921 – 1997) baptizou de *pedagogia dialógica*. Aceita-se a pluralidade dos actores sociais e a diversidade das posições como seio de complexidade que favorece a expansão e a inovação, como tem sido a dinâmica do universo, desde há 20 mil milhões de anos, e a dinâmica do ser humano, desde há 15 milhões de anos. *Estrangeiros no universo* ou ao invés *filhos do cosmo*, segundo o astrofísico nuclear, Hubert Reeves, 1990. Um humanismo concreto que se demarca do *humanismo abstracto*, que tem configurado a chamada civilização ocidental. Uma *pedagogia da esperança* para refundar a *educação na cidade*, segundo Paulo Freire (1991), recomenda-se, porque *os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa é transformá-lo*, segundo a XI das *Teses sobre Feuerbach*, de Marx (1975:30). Assim, José Gomes Ferreira, nos anos 30, em *versos duros, afiados, agrestes*, anunciava o campo da utopia:

*Pois os homens sabem
e cantam e cantam
com morte e suor.
O nosso mundo é este...*

(Mas há-de ser outro).

Ou, na linguagem acalentada pelo verde-azul da Serra da Arrábida, a palavra do professor-poeta Sebastião da Gama (1924 – 1952):

*Pelo sonho é que vamos
comovidos e mudos.
Chegamos? Não chegamos?
Haja ou não haja frutos
pelo sonho é que vamos.
(...)
Chegamos? Não chegamos?
- Partimos. Vamos. Somos.*

E, ainda, na linguagem do menino de 10 anos, Inácio Cruz, aluno de Maria Rosa Colaço (*A Criança e a Vida*, 40ª ed., 1996, p.25):

*O amor é como duas borboletas que estivessem
sobre uma rosa, a mais linda de todas do jardim.
O amor tem que haver.
Se não houvesse amor não havia nada bonito.
O amor são duas estrelas a brilhar, a brilhar.
A rosa e o sol são o amor.
O amor é a poesia.
O amor são dois passarinhos a construir a sua
casinha.
O amor é não haver polícias.*

Em nome da *cruz* do Inácio, dos meninos sem infância e dos adultos sem príncipezinho, dedico esta reflexão-procura a **Paulo Freire**, por quem aprendi, sendo professor, a ser monitor de alfabetização de adultos; dedi-

co aos **Meus Alunos** de ontem e de hoje (*contabilidade, cálculo comercial, noções de comércio, matemática, história das instituições sociais, serviço social, animação sociocultural, ética e deontologia da intervenção social*), ainda, a **Maria João Pires** para quem as teclas do piano em si ressoam como música de sofrimento: *Sinto-me mal por pertencer a uma raça humana que não merece respeito nenhum.*

Quero acreditar que *o nosso mundo é este, mas há-de ser outro.* Quero continuar a ser aluno da vida, porque, como diz Sebastião da Gama no seu *Diário*, não há ex-alunos.

Quero acreditar que é possível, com *paciente persistência* (Paulo Freire), construir/formarmo-nos para uma ética alternativa que, assente na liberdade plural, afirme valores/deveres que irmanam **projecto pessoal – projecto profissional – projecto societário**. Uma nova ética que toma por nome: *solidariedade, cuidado, solicitude, diálogo, co-responsabilidade*, como se reflecte/defende em *Por uma carta ética da intervenção social* (Cf. Fernandes, 2004). Uma ética nova, radicada no *perdão – promessa*, porque se encara o homem em sua *condição humana*, ou seja, em sua sócio-historicidade, como amavelmente reflecte a filósofa Hannah Arendt (1958, ed. 2001).

Conclusão

Transversa o meu discurso-reflexão não a denúncia do *Erro de Descartes*, mas a crítica, em tempo de hoje, ao cartesianismo reproduzido no campo das ciências e das tecnologias, porque, parafraseando Norberto Bobbio, em *A Era dos Direitos* (1992), o problema fundamental em relação ao desenvolvimento e à educação não é tanto científico-técnico, mas sobretudo ético-político. Nesta perspectiva, no princípio era o *belo-prazer-beatitude-deslumbramento-proximidade*, fonte criadora e criativa do homem como *artesão do oitavo dia*, segundo a expressão do astrofísico nuclear Hubert Reeves (1990). *Criatura*, mas por desígnio *criador*, apesar e contra a *nitidez salina do real*, em jeito de Sophia de Mello Breyner Andresen, como sempre se disse em seu nome completo.

Por isso, é científico cruzar linguagens: a da ciência e tecnologia, a da filosofia, a das religiões, a da sabedoria popular, a dos meninos e meninas

procurantes, em sua poesia, a das artes eruditas ou performativas. Um *novo saber* para um *novo senso comum*, à maneira de Boaventura de Sousa Santos ou de Sebastião Salgado, quando nos interroga em seus retratos do homem errante/errático (pobres, emigrantes, refugiados, asilados), expondo nossa condição humana à luz do seu doutoramento em economia, que transfigura pela fotografia.

Por isso, é científico, ou seja, virmos em busca da *verdade*, cruzando *razão* e *coração*, como nos diz Helena Marujo, também doutorada e professora, mas no campo da psicologia e ciências da educação, quando nos adverte e incentiva para a questão do *optimismo, esperança e felicidade (...), de sonhos e utopia não é banal, mas usá-los para guiar a vida é próprio de tantos, os que ainda acreditam* (Marujo, 2005).

Creio que, apesar da *nitidez salina do real*, pertence-nos o dever de nos deixar visitar pelo deslumbramento e pelo surpreendente da vida como *semente complexa* (Natália Correia).

Creio que, sendo a busca da **verdade** importante, hoje, mediaticamente oferecida ou comprada, o **belo** é determinante. É pelo *coração* (Pascal, séc. XVII) que o homem, em sua sociohistoricidade se constitui ou se arroga como *artesão do oitavo dia*. Criador de alternativas políticas e normativas, em nome de uma vida balizada/animada pela exponenciação do *bem* contra a *barbárie* (Cf. ONU, 1948). Nesta perspectiva, a cultura democrática precisa de se rejuvenescer pela cidadania participativa, a sua, a minha, mobilização da sociedade civil para conferir legitimidade democrática ao Estado e para regular/civilizar o poder quase sem rosto do mercado global.

Tanta palavra dita. Tanto saber disponível. Tanta coisa por fazer. Tanta coisa possível a fazer pela *Cidade/Comunidade*, à maneira de José Afonso:

Cidade
Sem muros nem ameias
Gente igual por dentro
Gente igual por fora
 (...)
Cidade do homem
Não do lobo mas irmão
Capital da alegria

Bibliografia

- AMNISTIA INTERNACIONAL, *Primeiros Passos: um manual de iniciação à educação para os direitos humanos*, Lisboa, Amnistia Internacional – Secção Portuguesa, 2000; *Educação para os Direitos Humanos*, Lisboa, A.I. – S.P., Lisboa, Março de 1999.
- APPLE, Michael W. e NÓVOA, António (orgs.), *Paulo Freire: Política e Pedagogia*, Porto, Porto Editora, 1998.
- ARENDT, Hannah (1958), *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2001.
- BARRETO, António (org.), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais – UL, 1996; *A Situação Social em Portugal 1960-1999*, Vol. II, Lisboa, ICS – UL, 2000.
- CANÁRIO, Rui, *Educação de Adultos. Um campo e uma problemática*, Lisboa, EDUCA, 1999.
- CASTRO, Josué de, *Estratégia do Desenvolvimento*, Lisboa, Seara Nova, 1971 (autor de *Geopolítica da Fome*, 1966).
- DAMÁSIO, António, *O Sentimento de Si. O corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência*, Mem Martins, Pub. Europa – América Lda., 2000.
- DAVID, Elena; FERNANDES, Ernesto; MATOS, Manuela; SANTOS, Miquelina, *Espreitando as Margens de Abril. Os direitos da criança e do jovem*, Almada, Associação Semear para Unir, 1999.
- DAVID, Elena, *A Democracia em Construção na Escola: A Participação dos Alunos*, in *Rev. Administração Educacional*, nº4, Lisboa, Fórum Português de Administração Educacional, 2004, p.152-165.
- DREWERMANN, Eugen, *O Essencial é Invisível. Uma leitura psicanalítica de O Príncipezinho*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.
- FERNANDES, Ernesto e BRANCO, Francisco (org.), *Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*, nº especial da *Rev. Intervenção Social*, Lisboa, Departamento Editorial do ISSSCoop – Cooperativa de Ensino Superior Intervenção Social, CRL, Dezembro de 1998.
- FERNANDES, Ernesto, *A cidadania em tempo de globalização: a centralidade do local como campo de aprendizagem cívica*, in *Anais de Almada – Revista Cultural*, nº 3, Almada, Divisão História Local e Arquivo Histórico – Câmara Municipal de Almada, 2000.
- FERNANDES, Ernesto, *O Associativismo no tempo da globalização: voluntariado e cidadania democrática*, in *Rev. Intervenção Social*, nº27, Lisboa, ISSSCoop., Junho de 2003, p. 159 – 190.
- FERNANDES, Ernesto, *Por uma carta ética da intervenção social*, in *Rev. Intervenção Social*, nº29, ISSSCoop., 2004, p. 139-151.
- FERREIRA, M. J. Carmo, *Vida Consentida, ou com Sentido?*, Lisboa, Pub. Terraço, 1998.
- FREIRE, Paulo, *A Educação na Cidade*, São Paulo, Cortez, 1991.

- FREIRE, Paulo, *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- FITOUSSI, Jean-Paul e ROSANVALLON, Pierre, *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta Editora, 1997.
- GARCIA, José Luís (coord.), *Estranhos: Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*, Oeiras, Celta, 2000.
- GIDDENS, Anthony, *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Presença, 2000.
- GOLEMAN, Daniel, (1995), *Inteligência Emocional*, Lisboa, Temas e Debates, 1996.
- GRUEN, Arno, *A Loucura da Normalidade*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1995.
- HOBBSAWM, Eric, *A Era dos Extremos – História Breve do Século XX: 1914-1991*, Lisboa, Presença, 1996.
- KUNG, Hans, *Ética Global na Tempo da Globalização*, Lisboa, Publicações Terraço, 1998.
- LENGRAND, Paul, *Introdução à Educação Permanente*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981.
- LESNE, Marcel, *Trabalho Pedagógico e Formação de Adultos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.
- LEONE, Salvino, PRIVITERA, Salvatore, CUNHA, Jorge Teixeira (coord.), *Dicionário de Bioética*, Vila Nova de Gaia – Portugal e Aparecida – Brasil, Perpétuo Socorro e Santuário, 2001.
- MARUJO, Helena Águeda, *Optimismo e esperança na educação*, texto base da Comunicação proferida no Seminário *A Escola, factor de desenvolvimento sustentável numa comunidade*, Lourinhã, 30 de Maio de 2005.
- MINISTÉRIO do Trabalho e da Solidariedade, *Plano Nacional de Acção para a Inclusão. Portugal 2001 – 2003*, Lisboa, MTS, Junho de 2001.
- NÓVOA, António et al., *Formação para o Desenvolvimento*, Lisboa, Edições Fim de Século, 1992.
- ONU, *Declaração e Programa de Acção da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social*, in Veloso, M. Joana e Gomes, Teresa Santa Clara (org.), *Desenvolvimento: Dívidas e Esperanças*, Lisboa, Plataforma Portuguesa das ONGD, 1995, p. 109-222.
- PAIS, José Machado, *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.
- PINTASILGO, Maria de Lourdes (presid.), Comissão Independente População e Qualidade de Vida, *Cuidar o Futuro. Um programa radical para viver melhor*, Lisboa, Trinova, 1998.
- PEREIRA, Potyara A.P., *Necessidades Humanas. Subsídios à crítica dos mínimos sociais*, São Paulo, Cortez, 2000.
- REEVES, Hubert, *Malicorne – Reflexões de um observador da natureza*, Lisboa, Gradiva, 1990.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, *Ciência*, in Carrilho, Manuel Maria (dir.), *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*, Porto, Afrontamento, 2000.

- SANTOS SILVA, Augusto, *Educação de Adultos – Educação para o Desenvolvimento*, Porto, Edições ASA, 1990.
- SÉRGIO, António, *Educação Cívica*, 2ª ed., Lisboa, Inquérito, 1954.
- SILVA, Agostinho da, *Educação de Portugal*, Lisboa, Ulmeiro, 1989.
- TEDESCO, Juan Carlos, *O Novo Pacto Educativo*, Vila Nova de Gaia, Fundação Manuel Leão, 1999.
- TORAYLLE, Raymond, *Animação Pedagógica*, Lisboa, Sociocultur, 1973.
- TOURAINÉ, Alain, *O Pós Socialismo*, Porto, Afrontamento, 1981.
- UCAR, Xavier, *La animación sociocultural*, Barcelona, CEAC, 1ª ed., 1992.
- UNESCO (1972) Edgar Faure (presid.) da Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação, *Aprender a Ser*, 3ª ed., Lisboa, Bertrand, 1981.
- UNESCO – Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, *Educação: um tesouro a descobrir*, Lisboa, ASA, 1996.
- UNESCO, *V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos*, Hamburgo 1997, Lisboa, Ministério da Educação, 1999.
- VÁRIOS, António Teodoro (coord.), *Pacto Educativo. Aspirações e Controvérsias*, 1ª ed., Lisboa, Texto Editora, 1996.